

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 888 - de 12 a 26 de agosto



Uma vez mais **FORA BOLSONARO, SEUS GENERAIS...** ... e tanques!

BRASÍLIA 10 DE AGOSTO: Bolsonaro e o alto comando das forças armadas no desfile dos tanques

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

A discussão sobre a
Constituinte

pág.5

LUTA DE CLASSE

Dia 18, em defesa
dos serviços públicos

pág.7

HISTÓRIA

81 anos do assassinato
de Trotsky

pág.10

INTERNACIONAL

Chile: os desafios da
Convenção Constitucional

pág.11

Juventude não vê futuro diante da situação

Sem perspectiva, grande parcela de jovens quer deixar o país, por isso milhares vão às ruas contra Bolsonaro

O recém-lançado Atlas das Juventudes e um recente estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social demonstraram que 47% dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos deixariam o país se pudessem, em busca de oportunidades no exterior. Segundo o estudo, a maioria desses jovens não deseja sair do país para fazer uma pós-graduação ou buscar alguma experiência, mas porque há mais de um ano procura emprego e, sem perspectivas, deseja sair do país para juntar dinheiro ou em busca de melhores empregos, estabilidade e condições de vida dignas.

Capitalismo destrói o futuro

Na crise capitalista, agravada com a pandemia, piorou uma situação que já existia. Os jovens foram os mais atingidos com o desemprego. Os dados demonstram que a taxa de desocupação neste setor saltou de

49% para 56%. Também é de 70% a proporção de jovens que relata dificuldades em encontrar emprego. Outro dado alarmante é o dos que nem estudam, nem trabalham, chamados “nem-nem”, que chegam a 27%. Aumentou também a desigualdade como demonstra índice Gini (instrumento que mede este padrão) de 3,8% na juventude, enquanto que para o resto da população chega a 2,7%.

O estudo demonstra que, entre os motivos para sair do país, os mais relatados pelos entrevistados são: a falta de perspectiva de emprego e renda nos próximos anos, a grande dificuldade de encontrar trabalho, a sensação de insegurança (sensação de aumento da violência) e a insatisfação com o governo. O estudo também publicou o aumento na quantidade de pedidos de vistos profissionais para cientistas e

executivos. A chamada “evasão de cérebros” acontece em um momento de aumento do “bônus demográfico” do país, ou seja, no momento em que o país atinge o maior número de pessoas em idade ativa. O bônus demográfico poderia ser aproveitado para alavancar um crescimento econômico. São milhões de jovens em idade de trabalhar, que querem entrar no mercado de trabalho, e no entanto não encontram oportunidades.

Indignação é maior que o medo

Não por acaso, amplos setores da juventude tiveram presença expressiva nos últimos atos contra Bolsonaro. Com dificuldades para estudar durante a pandemia, aumento do desemprego e da violência policial, sobretudo contra os jovens negros, e a falta de perspectiva de futuro, milhares foram às ruas em busca

de uma saída frente à crise. Situação que não é diferente em outros países, como no Chile, Colômbia e Peru, onde jovens estiveram na linha de frente de revoltas que explodiram.

Na recente jornada de atos no Brasil os cartazes pediam auxílio, emprego e vacina. No DF, no ato de 3 de julho, uma jovem segurava um cartaz que dizia: “Minha indignação é maior que meu medo”. Em Joinville/SC, no último dia 6, durante a visita de Bolsonaro à cidade, jovens seguravam cartazes dizendo: “Cemitérios cheios, geladeiras vazias. Fora Genocida!”. Apesar da situação difícil, a energia da juventude brasileira foi às ruas para dizer que não aguenta mais esse governo e que não vão esperar de braços cruzados. As ruas devem seguir cheias deles querendo tomar seu futuro de volta!

Kris

Como fica a juventude com a MP 1045?

Medida é mais uma trolha a ser combatida

Proposta pelo governo, a Medida Provisória 1045/2021 foi aprovada dia 10/8 na Câmara por 304 x 133, no mesmo dia que ocorria o desfile militar golpista de Bolsonaro em Brasília (ver Pag.7).

Mais uma vez o Congresso de bandidos se junta ao genocida para golpear e aprofundar a desregulamentação dos direitos trabalhistas, em especial da juventude.

Sua versão original, a MP tratava da renovação do Programa Emergencial do Emprego e da Renda (BEm), porém, ao tramitar na Câmara, foram embutidas medidas que tiram direitos, tornando-a uma minirreforma trabalhista com

antigos dispositivos da Carteira Verde Amarela.

A medida, que segue para o Senado, aumenta a superexploração num país de 15 milhões de desempregados e 46,3% dos jovens sofrendo com a falta emprego. Ela não melhora a vida de milhões de “uberizados” correndo nas avenidas em bicicletas, motos ou a pé.

O que pega pros jovens?

O Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), que falamos recentemente (OT 886), que permite contratação de jovens com salário custeado pelas empresas e o governo, está na MP destinada aos contratados de 18 a 29

anos por meio do Priore (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego). Está também o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip) para mesma faixa etária desempregada há mais de dois anos, com bolsa de até R\$ 550 e jornada de 22h semanais sem vínculo formal de trabalho.

A questão é que a medida não resolve os problemas, na verdade agrava. De forma completamente mentirosa, os defensores da MP falam que vai ampliar as ofertas de emprego, mas na verdade jovens podem ser contratados com salário menor e sem direitos no lugar de

outro trabalhador.

A juventude, que já sofre com os piores empregos, será uma das mais atingidas.

A MP é a “regulamentação da uberização”. Permite a contratação de contingentes jovens com menos custos ao patrão e menos direitos. Jovens que precisam trabalhar para estudar, para ajudar em casa, não terão oportunidade de terminar seus estudos.

Ninguém suporta mais essa situação. Essa MP tem que ser derrotada. Esse governo e seus coturnos não podem continuar, tem que ser derrubado.

Jeffei

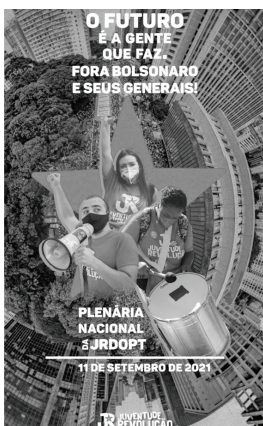
Por que ir à Plenária Nacional da JR do PT?

Organizar a luta contra este sistema que não oferece futuro à juventude

“*Todos os jovens que querem se unir e lutar por um futuro digno, contra esse sistema podre e esse governo genocida com seus generais*” diz a convocatória da PNJR (disponível em: juventuderevolucao.com.br). Ela está em debate nos núcleos buscando iniciativas concretas na luta pelas reivindicações e para pôr abaixo o governo.

Indignado com a situação e na preparação do último ato, um jovem questionou “*vamos pra rua, sim. Mas*

tirar Bolsonaro e colocar Mourão?”. É uma questão, sem inevitavelmente. Na discussão do núcleo, colocou-se que o impeachment é uma ilusão no Congresso do centrão, e se acontecesse, trocaria seis por meia dúzia. A força do povo e milhares de jovens nas ruas permite recolocar no debate a saída através de uma



Constituinte Soberana, ou seja, o caminho da ruptura frente à podridão do sistema político. Argumento que animou o jovem questionador. Não é um caminho fácil e igual em todo lugar, mas a revolta é grande, faz lembrar o que aconteceu no Chile e Peru onde a Constituinte veio do grito das ruas.

São estas discussões e outras como a luta por emprego, pelo direito ao ensino presencial e contra o genocídio da juventude negra que animam os núcleos a seguir de forma autônoma as iniciativas, sem pedir autorização a ninguém. “*O desafio é ampliar a preparação, construir colunas maiores nos próximos atos e trazer mais e mais jovens com vontade de construir um futuro digno*”, disse uma dirigente da JR.

Katrina

Levantar a pauta dos trabalhadores

A pesar do fiasco na demonstração de força, Ameio raquítica do ponto de vista bélico e fracasso de presença de público e de outros poderes, não há que menosprezar o ato de Bolsonaro e seu general, Braga Neto, no dia 10 de agosto em Brasília. O inédito ato, com presença dos comandantes das Forças Armadas é uma demonstração que Bolsonaro não se deterá para obter seu cetro imperial. A não ser que uma voz mais alta se levante.

Com ou sem tanques, para os mais ricos a vida vai bem.

Os bancos têm lucros exorbitantes, enquanto 72% dos reajustes salariais foram menores do que a inflação.

O agronegócio vai de vento em popa, enquanto 116 milhões de brasileiros estão em insegurança alimentar.

As grandes empresas, contam com o apoio da maioria da Câmara para avançar nos ataques aos direitos trabalhistas, como a Medida Provisória 1045, em votação no Congresso.

E o capital especulativo se delicia com o menu privatista que está entregando tudo.

Ok, o voto impresso –fogo de artifício usado por Bolsonaro - não passou no Congresso. Mas e daí?

Sua política, bem protegida por grandes empresários e banqueiros – como fica patente no manifesto lançado em defesa das eleições de 2022 e nas declarações de seus

patrocinadores – continua penalizando o povo.

A cada dia mais famílias trabalhadoras vão morar nas ruas porque não podem pagar aluguel.

A cada dia mais e mais famílias, com redução de salário e emprego e a alta inflação, vêm minguar a comida na mesa.

A cada dia a juventude vê menos perspectiva de um futuro digno. Pesquisa recente mostra que 47% dos jovens de 15 a 29 anos deixariam o país, se pudessem.

A cada dia aumenta a violência contra as

EMPREGO, MORADIA, SALÁRIO, COMIDA E SAÚDE

mulheres –já castigadas, maioria das vítimas da crise econômica e sanitária.

A cada dia, a população negra, a maioria da população brasileira, também a mais vitimada pela pandemia, sofre com o desemprego e o genocídio promovido pelas forças policiais.

E a pauta segue sendo dada por um governo que promove todo este sofrimento!

É hora de entrar com tudo na mobilização pela pauta que diz respeito ao emprego, ao

salário, aos direitos, à saúde, à comida e à moradia do povo trabalhador.

Os servidores públicos buscam resistir à reforma administrativa que vai tirar do povo o pouco de serviços públicos que ainda tem. Os trabalhadores dos Correios lutam para evitar a privatização da empresa.

A pauta dos trabalhadores é que pode levantar a voz para deter Bolsonaro, seus generais e tanques. E cabe às organizações que pretendem falar em seu nome, organizá-la. Sem dúvida, com ou sem sua ajuda, esta voz se levantará.

É para isso o Diálogo e Ação Petista se engaja. E, para organizar a resistência, com a perspectiva de realmente pôr fim neste regime e suas instituições, organiza um ciclo de debates no seus grupos de base sobre a crise das instituições (corresponsáveis pelo surgimento da excrecência Bolsonaro) e a Constituinte.

Desde já o DAP está na luta para fortalecer o dia 18 de agosto, dia nacional de paralisação e mobilizações contra a reforma administrativa, em defesa dos serviços públicos!

Com a pauta dos trabalhadores, e seus métodos de luta, é fortalecer a resistência e não abandonar as ruas. Em 7 de setembro, novo dia nacional de mobilizações, as colunas do DAP estarão presentes: Fora Bolsonaro e seus generais!

NOTAS

Bolsonaro: “sucesso” entre os mais ricos

Pesquisa de opinião da consultoria Quaest no início de agosto confirma a redução do apoio a Bolsonaro nos últimos meses. Para 44% dos entrevistados o governo Bolsonaro é ruim, para 26% é bom e 27% regular. A pesquisa revelou que a popularidade de Bolsonaro caiu em todos os setores, menos entre os mais ricos. No grupo de pessoas que ganham acima de R\$ 5 mil a avaliação positiva do governo passou de 27% para 41% e sua avaliação negativa caiu de 45% para 36%. Já para quem ganha menos de R\$ 2 mil a reprovação ao governo é de 49%, acima da média.

Projeto legaliza grilagem

Para o deputado Sérgio Souza (MDB-PR), presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (instrumento dos ruralistas no Congresso Nacional), Lira “tem sensibilidade e entende a necessidade de segurança jurídica no campo”. O elogio vem depois da aprovação do PL da Grilagem na Câmara em 3 de agosto, que tornará legal as ocupações de terra feitas por latifundiários de maneira ilegal. Foram 296 votos a favor e 136 contra.

O projeto isenta o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária) de fazer vistoria nas áreas antes de regularizar a posse em certos casos. Pior, essas terras públicas invadidas ilegalmente por latifundiários poderão ser dadas como garantias de empréstimos para Bancos.

Tem que pedir permissão ao parceiro!

A Folha de S. Paulo revelou que pelo menos três planos de saúde (a Unimed das regiões mineiras de João Molevade e Divinópolis e da paulista Ourinhos, abrangendo um total de 50 municípios) inserem, no Termo de Consentimento, que as mulheres que desejam fazer uso do Dispositivo Intrauterino (DIU), necessitam do consentimento dos maridos. O DIU é um método contraceptivo inserido no útero em um procedimento rápido realizado em clínicas ginecológicas. Ele também ajuda na prevenção de algumas doenças.

Um descalabro que mulheres adultas tenham que submeter esta decisão sobre sua saúde reprodutiva aos parceiros! Situação que pode inclusive gerar riscos para mulheres que se encontrem em relações abusivas e não queiram engravidar. Mas é também uma manobra ilegal, baseada num entendimento machista, para que os planos dificultem a realização do procedimento e tenham de arcar com isso.

Memória

PELA RETIRADA DAS TROPAS DA ONU DO HAITI

No final de julho, início de agosto, ocorreu a jornada para exigir a retirada das tropas que ocupam o Haiti. A jornada, decidida na Conferência Continental de 1º de junho em Porto Príncipe, ocorre num momento em que a ONU se prepara para renovar, em outubro, o mandato de sua missão de ocupação do Haiti (Minustah). (...) Membros da delegação brasileira que esteve no Haiti na Conferência Continental de 1º de junho pela retirada das tropas, numa reunião realizada em 13 de agosto na Câmara Municipal de São Paulo, expuseram os resultados da conferência. Sonia Santos, do Movimento Negro Unificado, declarou que “é uma vergonha, a presidente Dilma deveria dar o exemplo e retirar as tropas de uma vez”.

O Trabalho nº 735 – 15/8/2013

O TRABALHO PT

14 de agosto: Trabalhadores ocupam Câmara em Brasília contra o projeto de terceirização (PL 4330)

30 de agosto: É PRECISO PARAR O BRASIL!

Vamos exigir: PLEBISCITO POR UMA CONSTITUINTE!

FEB: As posições em debate pág. 4

Nacional: Programa Mais Médicos pág. 5

História: O assassinato de Léon Tondy pág. 8

Haiti: Jornada exige retirada das tropas pág. 11

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

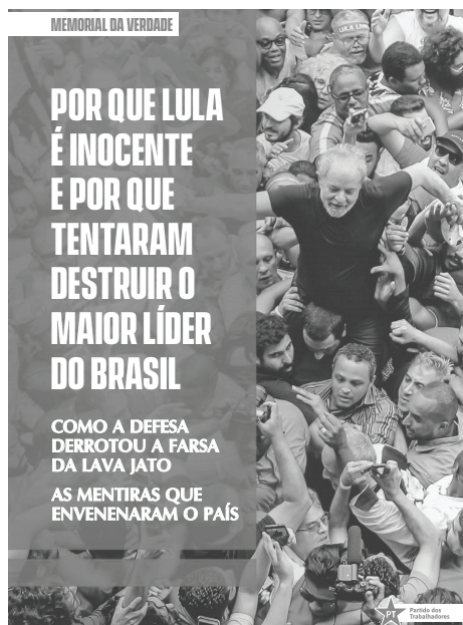
Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

A verdade, toda a verdade!

O “Memorial da Verdade” e a perseguição jurídica a Lula e ao PT



O livro “Memorial da Verdade” que a direção do PT lança, ajuda a resgatar Lula e o partido da perseguição. Documentado, ele refuta as acusações, uma por uma, desmonta cumplicidades no judiciário, na mídia e com políticos inescrupulosos. Em cerca de 70 páginas, ele resume o efeito da deliberada quebra de empresas nacionais que reduziram ramos inteiros - na construção civil, naval, óleo e gás -, gerando grande desemprego e favorecendo as multinacionais.

Mas agora, depois de Lula, após 580 dias de prisão, ter derrubado através dos seus advogados 15

processos – faltam outros dois –, o que é uma vitória da luta popular em atos, caravanas e da vigília, restam ainda vários processos contra lideranças do partido.

A perseguição pelo sistema de justiça veio crescendo desde o primeiro governo Lula, em 2005 com a Ação Penal 470 (dito “mensalão”) no Supremo Tribunal Federal (STF), até o auge da Operação Lava-Jato com a prisão e interdição da candidatura presidencial em 2018 (caso “triplex do Guarujá”).

O PT não reagiu à altura de início, dirigentes foram sancionados ou abandonados. Na direção, apenas 1 ou 2 votos nas primeiras oportunidades - o meu entre eles -, recusaram as sanções ao tesoureiro Delúbio Soares, por exemplo. A política de “redução de danos”, como se fosse possível “virar a página”, se esquivava para conciliar com a elite. Mas ela acumulava força para derrubar e interditar o PT.

Cínico, o patronato aproveitou a estabilidade dos negócios enquanto operou, na verdade, o financiamento privado das campanhas eleitorais, legalmente. Mas de modo a poder criminalizar quem quisesse – e quis criminalizar o PT, hoje se sabe que com a ajuda do Departamento de Justiça dos EUA! – através das instituições de Estado corrompidas, as quais o PT não reformou.

Pizzolato nas mãos de Barroso

Um documentário é produzido pelo premiado diretor Sylvio Tendler sobre o caso de Henrique Pizzolato. Sindicalista bancário, que trabalhou nas finanças da campanha de Lula em 2002 quando Delúbio era tesoureiro do PT, Pizzolato foi nomeado diretor de Marketing do Banco do Brasil em 2003. Ambos foram abastidos pela AP 470 para marcar o PT pelo selo da “corrupção” na longa sequência de sentenças de prisão contra tesoureiros, presidentes e parlamentares.

Henrique, mesmo sem prerrogativa de foro foi denunciado ao STF em 2005, e condenado em 2013, apesar do laudo da PF demonstrar a falsidade da acusação principal. Os recursos “desviados para o mensalão”, não eram públicos do BB, eram privados da empresa Visanet, e não era Pizzolato quem os gerenciava.

Em 2014, Henrique se refugiou na Itália com a dupla nacionalidade que tinha. Mas em 2015 foi extraditado e aprisionado no Brasil. Em liberdade condicional desde 2017, foi indultado em dezembro do ano passado. Resta até hoje uma impagável multa de 600 milhões. O ministro do STF responsável, Luís Roberto Barroso, em acordo com o Procurador Geral da República, Aras, usa esse pretexto contra o alvará de extinção de punibilidade, e a PF mantém a restrição



a sua livre locomoção. Barroso há um ano não responde a cobrança do ministro da Justiça da Itália de respeito do protocolo da extradição.

Barroso mantém Pizzolato numa prisão perpétua por dívida, o que não existe no Brasil. Barroso reclama que as mentiras de Bolsonaro mil vezes repetidas não são verdade. Certo, nem as mentiras do STF!

A verdade, toda a verdade, é o que Lula, Pizzolato e o povo brasileiro merecem. Para isso é preciso reformar o Estado de cabo a rabo.

Markus Sokol



Em 2013 foi publicada uma coletânea de artigos e editoriais do jornal O Trabalho. Em Congresso do PT, organizando atos em vários estados do país, a Corrente O Trabalho estava em luta contra a Ação Penal 470 e em defesa dos nossos companheiros, as primeiras vítimas da fraude judicial que se iniciava na perseguição ao PT.

Ataques ao PT

Agressões, ameaças de morte e tentativa de cassação de mandatos

Prossegue uma escalada de ataques a parlamentares, em especial vereadores e também à prefeito.

Em Santa Bárbara d'Oeste (SP), a vereadora Professora Juliana foi vítima de agressões do vereador Felipe Corá (Patriota). Em um vídeo ele chama Juliana de “fanfarrona” e “defensora de bandido”, a acusa de demonizar o “tratamento precoce” e culmina sugerindo que ela “lave sua

boca com ácido sulfúrico” antes de falar de Bolsonaro. O vídeo foi gravado após a vereadora criticar o uso de remédios sem eficácia comprovada contra a Covid-19. Caso similar ocorreu com a vereadora Filipa Brunelli de Araraquara (SP) Após denunciar como antidemocrático um ato realizado em frente ao Tiro de Guerra da cidade, onde manifestantes pediam intervenção militar, a

vereadora sofreu ofensas e até ameaças de morte pelo Facebook.

O prefeito de Araraquara, Edinho do PT, sofreu uma tentativa de impeachment. Bolsonaristas da cidade tentaram emplacar um requerimento de investigação e cassação do mandato com base em falsas denúncias de irregularidade na aquisição de respiradores para a rede municipal de saúde durante a epidemia. O autor

do requerimento, Coronel Prado (Podemos), teve o apoio e presença do Deputado federal Eduardo Bolsonaro, presente na cidade no dia da entrega à Câmara municipal que rejeitou o requerimento. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi alvo de espionagem (ver pag.9).

Bolsonaro avança no autoritarismo e açula os bolsonaristas a atacar o PT.

Tiago Maciel

Encontros Setoriais

Diálogo e Ação Petista organiza sua participação

Terminou dia 1º de agosto o prazo para os militantes do PT optarem pelos setoriais que ocorrem em outubro e novembro.

O Diálogo e Ação Petista se fará presente neste processo, priorizando os setoriais de Mulheres, Juventude e Combate ao Racismo.

Outros setoriais também terão participação de militantes do DAP, de acordo com a situação em cada

município ou estado.

Atenção para os prazos estipulados no calendário abaixo.

Calendário

Foi aprovado, pela Executiva do PT, o seguinte calendário dos encontros setoriais:

10 de agosto:

- Ato Nacional de abertura dos Encontros Setoriais

10 de agosto até 10 de setembro:

- Credenciamento dos delegados e delegadas estaduais.
- 1º de setembro até 10 de setembro:
 - Inscrição de textos-base, candidatos/as a secretários/as ou coordenadores/as;
 - Inscrição de chapas para os respectivos coletivos estaduais e as chapas de delegados/as para o Encontro Nacional.

15 de setembro até 14 de novembro:

- Prazo para realização dos Encontros Estaduais.
- 10 de outubro até 20 de outubro:
 - Inscrição de textos-base, candidatos/as a secretários/as ou coordenadores/as e as chapas para os respectivos coletivos nacionais.
- 19 de novembro até 12 de dezembro:
 - Prazo para realização dos Encontros Nacionais.

GENOÍNO MANTÉM NÃO À CONSTITUIÇÃO DE 88

“Foi uma posição lúcida e corajosa. O PT deve abrir debate sobre a Constituinte.”

O Diálogo e Ação Petista dá continuidade à discussão sobre a Assembleia Nacional Constituinte, tal como foi aprovado em sua Plenária Nacional de 10 de julho. Nesta edição, ouvimos José Genoíno Neto, ex-presidente nacional do PT, que foi deputado constituinte em 1987-88. Nessa condição, participou da decisão da bancada e do partido que definiu o voto “não” à Constituição aprovada (ver OT 887). Aqui ele relembra o debate e mostra como essa discussão é atual. Entrevista feita por Roberto Salomão, do Comitê Nacional do DAP.



DAP- Genoíno, conte como foi a decisão do PT de votar contra a Constituição de 1988. Você teria a mesma posição hoje?

Genoíno- Foi um debate acirrado

na bancada e no Diretório Nacional. O PT assinou a Constituição, mas por ampla maioria decidiu declarar seu voto contrário. Porque aquela Constituição foi fruto de uma transição negociada por cima. Foi mantida a tutela militar, com o artigo 142. Foi mantido o sistema de justiça, inclusive a justiça militar. Nós defendíamos uma Corte Constitucional no lugar do Supremo Tribunal Federal. Além disso, não se mexeu nas comunicações, a reforma agrária continuou com todos os entraves e se passou uma borracha sobre os crimes de tortura ocorridos durante a ditadura militar. Nosso voto foi uma posição lúcida e corajosa, apesar de termos conseguido inserir na Constituição uma série de direitos importantes que, aliás, vêm sendo eliminados

desde o golpe de 2016. O PT fez o certo e eu continuo defendendo aquela posição.

DAP- Como você vê a luta por uma Constituinte hoje?

Genoíno- É um debate importante e necessário. Saúdo o espaço que o Diálogo e Ação Petista vem abrindo para este tema e me disponho a contribuir. Em 2013 eu defendi a Constituinte. Acho que o PT no governo deveria ter feito reformas profundas. Não fez, ficamos apenas por dentro da ordem. A Constituição vem sendo desmontada desde o golpe: emenda do limite de gastos sociais, autonomia do Banco Central, incentivo à grilagem, eliminação de direitos, e agora o “distritão”. Para que tenhamos governabilidade, é necessária uma reordenação das instituições do Estado. E o instrumento para isso é a Assembleia Nacional Constituinte

Soberana e Democrática. É preciso reestruturar a democracia, criar os meios para que haja uma efetiva participação popular. Nesse sentido, nossos vizinhos da América do Sul podem nos ensinar muito: os exemplos que vêm do Chile, do Peru, da Bolívia são muito importantes.

DAP- O PT aprovou a proposta de Constituinte no 6º e 7º Congressos. O que fazer para que essas decisões saiam do papel para a prática?

Genoíno- Temos de enfrentar este debate, pressionar. Nós vivemos uma crise institucional e exatamente neste momento o PT deveria abrir essa discussão. Como poderemos governar nesta situação? Como é possível fazer reformas estruturais sem uma Constituinte? É impossível fugir dessas questões. Por isso, estou firmemente convencido de que este debate vai pegar. Não tem como passar ao largo.

CICLO DE DEBATE:

A CRISE INSTITUCIONAL DO PAÍS E A CONSTITUINTE

A Plenária Nacional do Diálogo e Ação Petista, realizada em 10 de julho, teve entre suas principais conclusões, além do apoio à luta contra a reforma administrativa, a necessidade de se abrir e aprofundar o debate sobre a Assembleia Constituinte. Diante da enorme crise que o país atravessa, institucional, econômica, social e sanitária, o DAP aponta uma saída política para que seja possível reconstruir a Nação.

O Comitê Nacional do DAP assumiu a tarefa de organizar, em seus grupos

de base, um ciclo de debates sobre o tema. Os debates serão abertos, não só aos militantes do PT, mas também dos movimentos sindicais e populares. É uma questão que interessa ao conjunto dos trabalhadores e da juventude.

Em sua próxima reunião, dia 13 de agosto, o Comitê Nacional do DAP vai detalhar mais a proposta para ajudar os grupos de base a organizarem o ciclo de debates.

Fique atento! Participe deste debate.

PT APROVOU, MAS ABANDONOU!

No 6º Congresso do PT, em 2017, o DAP propôs a seguinte emenda (aprovada e incorporada à Resolução):

“Do ponto de vista da estratégia, a principal bandeira do programa deve ser a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana para, segundo a vontade democrática do povo, reverter a obra de destruição do usurpador e dar vazão às reformas populares, iniciando a reorganização das bases econômicas, sociais e jurídicas das instituições políticas do Estado.”

A proposta, que voltaria a ser aprovada no 7º Congresso, em 2019, não saiu do papel. Nas eleições de 2018, em 8 de outubro (um dia após o 1º turno, que definiu a disputa com Bolsonaro), o candidato do PT, Haddad, garante para todo o Brasil, no Jornal Nacional, que seu governo não convocaria a Constituinte. Bolsonaro, também no Jornal Nacional, aliás, teve a mesma posição.

DAP REÚNE 50 DOCENTES

Por sugestão feita na plenária nacional do DAP em 10 de julho, o Diálogo e Ação Petista colocou em pauta a discussão da situação das universidades. Em relato enviado pelo professor da Universidade Estadual de São Paulo, Everaldo de Oliveira Andrade, reportamos a reunião realizada após a plenária.

O grupo de base nacional de docentes universitários do Diálogo e Ação Petista se reuniu no dia 4 de agosto, agrupando mais de 50 companheiras e companheiros de vários estados. Foi feita uma boa discussão sobre as mobilizações em curso contra o governo Bolsonaro e as lutas em defesa das universidades e da ciência brasileira, das carreiras profissionais

bem como as possíveis contribuições do DAP aos encontros setoriais de educação do PT.

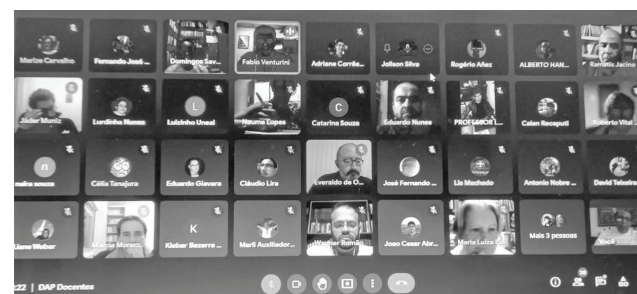
Participaram colegas de universidades públicas federais, estaduais, privadas e de institutos federais, muitos dos quais atuam no movimento sindical e em diretórios do partido. Um chamado a novas filiações e grupos do DAP integrou as propostas.

O debate demonstrou o lugar do DAP para ajudar a agrupar e mobilizar para a ação os petistas filiados e simpatizantes que trabalham na educação superior.

Os cortes seguidos de verbas patrocinados pelo governo Bolsonaro e governadores contra as universidades e agências de fomento e

pesquisas- com o exemplo do recente apagão da plataforma Lattes da CNPq- e a ameaça da reforma administrativa (PEC 32) que pretende ampliar o sucateamento e desmonte dos serviços públicos foram discutidos à luz das mobilizações recentes pelo Fora Bolsonaro e do urgente engajamento na preparação das atividades que estão sendo organizadas para o dia 18 de agosto.

Entre as iniciativas aprovadas, estão: lançar um chamado do DAP aos docentes universitários para reforçar as mobilizações pelo dia 18 e preparar um documento com propostas de



medidas de emergência em defesa do ensino superior, do financiamento público às ciências, das carreiras dos docentes, que pretende ser uma contribuição aos encontros setoriais de educação do PT. Uma nova reunião nacional do DAP aberta aos docentes petistas e simpatizantes ficou agendada para o próximo dia 25 de agosto.

Há 40 anos a CONCLAT decidia fundar a CUT

Em plena ditadura militar, 5 mil delegados reuniram-se na Praia Grande

"A CONCLAT frustrou a expectativa dos pelegos e do Ministério do Trabalho – e da qual compartilha o PCB, principal sustentáculo da 'Unidade Sindical' – de que de lá saísse preservada a tutela do Estado sobre os sindicatos. A Conferência posicionou-se pelo fim da ingerência do Estado nos sindicatos, posicionou-se pela democracia e pela independência, o que refletiu o anseio da maioria esmagadora dos 5 mil delegados que, em coro, marcaram a conferência com a palavra-de-ordem da 'CUT pela base!'"

Foi assim que o editorial de O Trabalho nº 120 (26/08/1981) retratou o significado da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) realizada na colônia de férias do sindicato dos têxteis na Praia Grande (SP) entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, que reuniu 5.247 delegados de 1.126 entidades sindicais.

A Conclat reuniu todos os setores do sindicalismo e nela delimitaram-se nitidamente dois blocos: o da "Unidade Sindical" (PCB, PCdoB, MR8 e pelegos) e o "bloco combativo" ou do "novo sindicalismo", constituído por sindicalistas das várias forças que confluíram na construção do PT, além das oposições sindicais ao peleguismo oficial.

Na Conclat foram lançadas as bases para a criação da CUT. Ela decidiu, por maioria de votos, que o congresso de fundação da central única seria em agosto de 1982, contra a proposta da "Unidade Sindical" de fazê-lo em 1983, com o argumento que em 82 haveria eleições e a prioridade era votar no MDB (eles atacavam, então, o PT como "divisoinista"). Ela adotou um plano de lutas apontando para a greve geral e elegeu a Comissão nacional Pró-CUT.



O Trabalho, edição 120

Suas decisões foram uma grande vitória para o "bloco combativo" – liberdade e autonomia sindical como inseparável da luta pelo fim da ditadura militar, bases democráticas (eleição de delegados em assembleias, proporcionalidade, representação de oposições sindicais) para a futura CUT – projetando as novas lideranças surgidas da onda de greves iniciada no ABC que se espalhava pelo país desde 1978.

Porque a CUT só vai ser fundada em 1983?

No último dia da Conclat, foram apresentadas duas chapas para formar a Comissão pró-CUT, que seria composta proporcionalmente ao número de votos de cada uma. Mas a votação dividiu o plenário ao meio e não pode ser decidida no contraste (não havia condições de votar de outra forma). Resolveu-se então constituir uma comissão paritária entre elas.

Às vésperas do congresso marcado para 1982, a "Unidade Sindical" manobrou para adiá-lo para 1983. O "bloco combativo" ainda tentou reverter a manobra para manter o congresso, mas não conseguiu e acabou aceitando o adiamento.

Em meados de 1983, logo após a greve geral iniciada pelos petroleiros de Paulínia, a manobra se repetiu. Mas, dessa vez o "bloco combativo", com o respaldo de um Encontro nacional de sindicalistas do PT, decidiu "peitar" os pelegos e seus aliados, bancando a realização do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora em São Bernardo do Campo nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, no qual mais de 5 mil delegados vindos



Lula fala aos delegados na Conclat, Olívio Dutra (à direita) e Julio Turra (sentado à esquerda)

de todo o país fundaram a Central Única dos Trabalhadores.

A "Unidade Sindical" resolveu então fazer outro congresso no final de 1983, que criou uma confederação com o nome de Conclat, que depois adotaria o nome de CGT (da qual, em 1991, saiu a Força Sindical).

Falsificação da história

É o que faz um artigo dos presidentes da Força Sindical, UGT e CTB sobre os 40 anos da Conclat publicado no informativo "Mundo Sindical" (05/08).

Logo no seu início o artigo diz: "A Conclat de agosto de 1981 inseriu os trabalhadores no debate sobre a volta da democracia, além de discutir a estrutura sindical e de lançar as bases para as centrais contemporâneas". Falso, ela lançou sim as bases para a CUT, mas as centrais que se constituíram depois, como a antiga CGT, o fizeram contra o que a Conclat havia decidido em 1981.

Na seqüência, o artigo defende, ainda que de forma tortuosa, o modelo oficial de sindicalismo atrelado ao Estado e ainda atribui a ele certas vantagens: "Prevaleceu a universalização da representação – a

organização sindical por categoria, e a proposta de pluralidade, ou mais de um sindicato por categoria no município, não avançou. As centrais sindicais surgiram sob esta base, que garantiu condições para grandes greves e movimentos que mobilizaram o conjunto das categorias, evitando a fragmentação e a dispersão da luta".

Os dirigentes que assinam esse artigo têm todo o direito de pensar assim, só não podem falsificar a história, dando a entender que todas as atuais centrais sindicais compartilham os mesmos princípios e métodos de ação sindical adotados na Conclat de 1981.

Para a CUT, ela sim resultado direto das decisões da Conclat, o que se trata é de avançar na luta pela liberdade e autonomia sindical, reforçar os seus princípios e compromissos originais, para enfrentar a dura tarefa de reconstrução do sindicalismo brasileiro num cenário de ataque brutal aos direitos trabalhistas, desemprego e precarização da força de trabalho, que é o que deve estar no centro de sua próxima Plenária Nacional em outubro. Viva os 40 anos da Conclat da Praia Grande!

Julio Turra

Última hora Florianópolis

Grande vitória da chapa CUT – Unidos seguimos na luta

Na madrugada de 13 de agosto foi proclamada a vitória da Chapa 1 "CUT-Unidos seguimos na luta Lutar", nas eleições do Sintrasem, sindicato dos servidores municipais de Florianópolis (SC).

Três chapas disputaram o pleito em 11 e 12 de agosto. Além da Chapa 1, que obteve 1.674 votos válidos (61,6%), que foi encabeçada por Renê Munaro, membro da direção nacional da CUT, reeleito

presidente do sindicato; a chapa 2 "Unidade, experiência e luta", ligada à Esquerda Marxista do PSOL (713 votos, 26,2%) e a chapa 3 "Agora só falta você", ligada à Conlutas e à CTB (330 votos, 12,1%).

Houve ainda 35 votos brancos e 56 nulos.

Foram recolhidos 2.717 votos, a maior participação já havida em eleições do Sintrasem, e a vitória ampla da Chapa 1, da atual diretoria,

demonstra o reconhecimento da categoria ao seu empenho no combate à política do prefeito Gean Loureiro de ataques aos servidores e serviços públicos, que incluiu a organização de greves em plena pandemia.

Foi também uma vitória para a CUT-SC, da qual o Sintrasem é um dos pilares sempre presente nas mobilizações em defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo fim do

governo Bolsonaro. Vários sindicatos cutistas, dentro e fora de Santa Catarina, apoiaram de forma militante a Chapa 1.

Após a apuração, Renê Munaro, emocionado agradeceu os apoios recebidos e falou: "Não há tempo para descanso, agora é preparar a nossa participação na jornada de 18 de agosto contra a PEC 32".

Correspondente

18 de agosto: derrotar a reforma administrativa

Organizar paralisações de servidores municipais, estaduais e federais

Aprovada na plenária nacional de 29 e 30 de julho, com cerca de 4.500 inscritos, organizações sindicais de servidores públicos das três esferas preparam o 18 de agosto como Dia Nacional de Mobilização e Greves contra a PEC 32, da reforma administrativa.

Dentre outros ataques, menina dos olhos do ministro Paulo Guedes, pretende acabar com os concursos públicos, a estabilidade do servidor, além de expandir a terceirização dos serviços via Organizações Sociais (OSs) ou “vouchers” (“vale-compra” para serviços privados de saúde e educação).

As mobilizações por Fora Bolsonaro, com milhares nas ruas, ajudaram a dar um impulso à ação dos sindicatos dos setor público. Contudo, setores do serviço público que ainda estão em trabalho remoto têm dificuldade de retomar a sua capacidade de luta. É preciso “amassar o barro” como se diz no jargão sindical, pois ainda há necessidade de explicar os nefastos efeitos que a PEC 32 trará para os atuais e futuros servidores, se aprovada. Para tanto, é preciso realizar assembleias na base das categorias, bem como ampliar o diálogo com a população que é usuária dos serviços públicos, que são “um dever do Estado e um Direito do cidadão”.

Superar obstáculos e reaprender a nadar

Está provado. A rotina digital não foi capaz de substituir a ação sindical

presencial. Horas e horas intermináveis de “lives” e seminários virtuais não foram suficientes para organizar a luta contra a reforma administrativa ou mesmo o combate a ataques que se espalham em estados e municípios, como as recém-aprovadas reformas da previdência em Porto Alegre e no estado de Santa Catarina.

Logo, é preciso reaprender a nadar. Iniciativas de trabalho de base foram tomadas. A CUT/RS, por exemplo, produziu, em conjunto com o Sindicato dos Municipários de Caxias do Sul, um gibi – “As desventuras da família Silva; o pesadelo da reforma administrativa” - para dialogar com a população sobre os efeitos da PEC 32.

Em Porto Alegre, dirigentes da CUT-RS já distribuíram o gibi para pessoas que chegavam à capital pelo trem metropolitano. Em Igrejinha e Sapiranga, sindicalistas sapateiros panfletaram duas unidades da Calçados Beira Rio.

Além disso, caravanas nas bases eleitorais dos deputados federais gaúchos reforçam a campanha “se votar contra os serviços públicos, não volta”. São iniciativas que podem ser reproduzidas em outras localidades e estados, sempre combinadas com a mobilização nos locais de trabalho dos próprios servidores.

Corrida contra o tempo

A luta para derrotar a PEC 32 está comprimida pelo tempo. Em que pese a crise institucional que existe

e se acelera, o governo e a maioria reacionária do Congresso continuam aprovando medidas que atacam os direitos dos trabalhadores, tal como ocorreu com a MP 1045 (ver Box).

O relator da PEC 32/2020, deputado Arthur Maia (DEM/BA), já anunciou que a votação na comissão especial da Câmara deve ter início em 26 de agosto, para ser concluída no início de setembro. Como se isso não bastasse, na esteira da PEC 32, o novo ministro do Trabalho, Onix

Lorenzoni, estuda permitir que prefeituras contratem trabalhadores sem concurso ou carteira assinada, recebendo menos de um salário mínimo para contratos de até 18 meses. É a versão da carteira verde-amarela nos serviços públicos.

A hora é da mobilização ampla e de preparar greves nos vários setores e esferas do funcionalismo público no dia 18 de agosto!

Marcelo Carlini

EM MEIO À FUMAÇA, CÂMARA APROVA MP 1045

Quase ao mesmo tempo em que tanques desfilavam em Brasília, jogando fumaça nos olhos de todo mundo, a Câmara dos Deputados aprovava em 10 de agosto, por 304 votos contra 133, a Medida Provisória 1045, que embute a carteira verde-amarela e outros ataques aos direitos, numa nova e regressiva “minirreforma trabalhista” (ver OT 887).

O “não à MP 1045” foi incluído pela CUT como um dos eixos do Dia Nacional de Luta e Paralisações de 18 de agosto. Mas, nessa primeira votação na Câmara, não havia qualquer mobilização sindical contrária. O que se explicaria, talvez, pela rapidez da manobra conduzida pelo presidente da Casa, Arthur Lira, enquanto as atenções estavam voltadas para o voto impresso e para o farsesco desfile fumacento para Bolsonaro, seus generais, almirantes e brigadeiros diante do Palácio do Planalto.

Agora a MP 1045 vai ao Senado, que se alterar algo de seu texto a levará de volta à Câmara. Logo há tempo para mobilizar em todas as bases sindicais contra esse ataque brutal aos direitos trabalhistas...

Mas, a reação das centrais sindicais foi a de repetir, em nota de 11 de agosto, os mesmos termos de sua nota anterior de 20 de julho (ver OT 887); repudiar os “jabutis” à MP 1045. Assinada por todas as centrais – a nota termina afirmando que elas “continuarão atuando junto ao Senado Federal para que a MP nº 1.045 restrinja-se ao seu objeto inicial” (redução de jornada e salário, suspensão de contratos), deixando entender que recorrerão ao STF. Mobilização nas bases, inclusive para a jornada de luta de 18 de agosto, que é bom, nada!

Não se pode aceitar a privatização dos Correios!

Projeto aprovado na Câmara vai ao Senado é preciso reagir

Em 5 de agosto a Câmara aprovou por 286 votos a favor e 173 contra o PL 591 que privatiza a ECT (Correios). Mais um crime de lesa-pátria de Bolsonaro e Guedes, apoiados pelo “centrão” e partidos privatistas como o PSDB. O PL vai agora ao Senado.

Não há que se ter ilusão no atual Congresso, só a luta pode impedir que a privatização dos Correios seja concluída.

A campanha contra a privatização da ECT esteve limitada às redes sociais, rádios, TVs, conversas com parlamentares e ações judiciais. Agora é preciso ampliar o diálogo com a população, mobilizar os ecetistas e ganhar o conjunto do movimento sindical para a luta.

Greve em 18 de agosto

Em 8 de agosto a Fentect-CUT (federação sindical nacional) realizou sua plenária que decidiu chamar a greve em suas bases a partir das 22 horas do dia 17 de agosto, prolongando-se no dia 18, chamado pelas centrais sindicais como Dia de luta e paralisações. Dirigentes da Fentect afirmam que, a partir da adesão dos trabalhadores, a greve poderá ser por tempo indeterminado.

Decidiu-se também propor unidade na luta à Findect-CTB, a outra federação da categoria, bem como participar da luta contra a PEC-32 da reforma administrativa.

A greve é também em defesa dos direitos retirados pelo TST (50 dos 79 benefícios constantes no Acordo

Coletivo) no dissídio de setembro de 2020.

A luta para barrar a privatização dos Correios exige mobilizar os ecetistas para combater nas ruas, em unidade com outros sindicatos e

movimentos, a política de destruição dos direitos e dos serviços públicos no país, a qual se liga à luta pelo fim do governo Bolsonaro e seus generais.

Oswaldo Rodrigues



Em 30 de julho, comunidades e movimentos sociais realizaram passeata até a subprefeitura do Butantã, Zona Oeste da cidade de São Paulo, para cobrar da prefeitura a distribuição de cestas básicas e abertura de frente de trabalho. Em carta de reivindicações à subprefeitura se afirma que o “ato Passeata realizado nesta manhã é um grito de ‘desespero’ e de ‘alerta’”.

Banqueiros e grandes empresários vão bem, obrigado!

Manifesto quer por água na fervura para manter a política de Bolsonaro, e ele junto!

Os grandes bancos privados brasileiros tiveram uma alta de 60% no lucro médio obtido neste 2º trimestre em relação ao ano passado. Apenas no trimestre, Bradesco, Itaú e Santander lucraram juntos R\$ 21,5 bilhões. Isso apesar da economia ainda estar patinando, com centenas de milhares de pequenas e médias empresas falidas com a crise e a pandemia. Apesar do desemprego se manter em nível recorde, com mais de 15 milhões de desocupados e outros quase 20 milhões com algum trabalho de período reduzido, mas insuficiente. Apesar da renda dos trabalhadores derreterem diante de uma inflação impiedosa.

O endividamento das empresas atingiu alta histórica (61% do PIB) e 70% das famílias brasileiras estão afundadas em dívidas. O recente lucro dos bancos tem vindo inclusive daí: empréstimos feitos durante a pandemia que tiveram garantias dadas, como parte do pacote emergencial, pelo Banco Central. E agora, que este retoma a elevação na taxa Selic, os bancos manterão seus elevados lucros, ganhando juros da dívida

pública.

Na mesma toada, o governo fez aprovar na Câmara nesta semana uma nova reforma trabalhista que, entre outros ataques a direitos, cria uma modalidade de trabalho sem férias, 13º ou FGTS e cria outra modalidade sem carteira assinada, direitos trabalhistas ou previdenciários – além de dificultar a fiscalização trabalhista, inclusive perante trabalho escravo (ver pag.7).

É por tudo isso que Bolsonaro não será tão facilmente abandonado pelo grande capital, pela mídia que este financia ou pelas instituições podres, como o Congresso, o Judiciário e as Forças Armadas - a despeito do incômodo diuturno por eles sentido com lambança que o presidente faz questão de escancarar. Não por acaso, na Câmara, em que o impeachment se mantém trancado e engavetado, 228 deputados (incluindo boa parte da bancada do Centrão, do PSDB, Novo etc.) votaram na proposta golpista e estapafúrdia de Bolsonaro de voto impresso - muito acima do esperado, ainda que insuficiente para aprova-la.

Enquanto isso, o governo tenta recuperar sua popularidade a 2022. Ele espera a manutenção da retomada do mercado internacional de produtos exportados pelo Brasil (commodities agrícolas e minerais). Algo de impacto duvidoso, já o setor primário-exportador emprega pouco, tendo efeito limitado sobre a economia brasileira como um todo. Ademais, boa parte da alta de tais produtos já ocorreu neste ano.

Mas para tentar turbinar a popularidade de seu chefe, Guedes procura expedientes para elevar gastos (incluindo algum aumento no Bolsa Família), driblando o Teto de Gastos

do qual se finge guardião. Um deles será o calote do pagamento dos precatórios (dívidas do estado a famílias e empresas cujo pagamento já foi determinado judicialmente) – usando-os como moeda (desvalorizada) nos processos de privatização.

Nada disso será suficiente para reduzir a insatisfação popular. Em todo o caso, só a luta do povo - nas ruas e com uma retomada das mobilizações sindicais e grevistas, além dos movimentos sociais - que poderá impedir o golpe e derrotar definitivamente Bolsonaro e os defensores de suas políticas.

Alberto Handfas

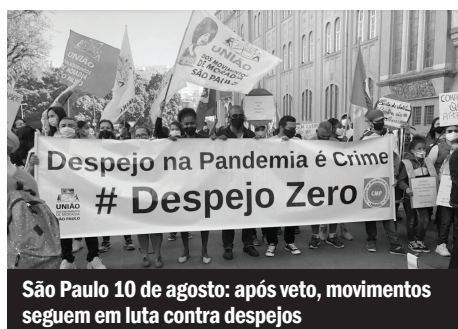
“MANTER TETO DE GASTOS E PRIVATIZAÇÕES”

“Banqueiros, economistas, empresários e representantes da sociedade civil” lançaram um manifesto para “Eleições serão respeitadas”, para “preservar as instituições democráticas do país”. O presidente do banco Credit Suisse, um dos articuladores diz preocupar-se com “os recorrentes ataques do presidente ao sistema de votação eletrônica e suas críticas dele ao Poder Judiciário”. Temos que barrar essa escalada institucional, até porque “temos outros desafios, como manter o teto dos gastos e as privatizações”. Ele reconhece, contudo, que “o Ministério da Economia aprovou importantes reformas positivas ao mercado. É preciso baixar a fervura para uma agenda positiva.”

O drama das famílias despejadas em plena pandemia

Bolsonaro veta projeto que proibia despejos durante a crise sanitária

Perder o teto e abrigo para sua família é uma realidade para milhares de pais e mães neste agosto de 2021. Não existem cifras precisas em âmbito nacional mas a realidade está nas ruas e praças das cidades brasileiras. Trabalhadores que perderam seu emprego são despejados e, de um dia para outro, se veem na rua com seus poucos pertences, móveis, roupas. No estado de São Paulo a lei de acesso a informação obrigou o Tribunal de Justiça a apresentar os números. Em apenas três meses, de janeiro a março de 2021 foram registradas 8.417 ações (incluindo imóveis comerciais), um aumento de 80% comparado aos desejos do mesmo período do ano de 2020. Quem circula na maior e mais rica cidade do país assiste o quadro desolador de barracas em todas as praças e canteiros, em todos os bairros, com jovens, crianças, famílias inteiras jogadas às nas ruas pelo insensível sistema capitalista e seus governos.



São Paulo 10 de agosto: após veto, movimentos seguem em luta contra despejos

Fim do auxílio emergencial agrava o quadro

Nas Ocupações organizadas é grande o movimento de novas famílias e pessoas que se somam de forma precária para obter um teto. Ainda no ano passado a existência do auxílio emergencial de R\$ 600,00 seguiu muitos em suas casas alugadas. Hoje com o fim do auxílio milhares que usavam o valor para pagar aluguel estão sem ter como fazer. É o caso de uma família que foi despejada há dois meses num bairro pobre ao lado da Ocupação Douglas

Rodrigues na Vila Maria na capital de São Paulo. O casal de trabalhadores, ela faxineira desempregada de 30 anos, conseguiu se ajeitar em baixo de uma escadaria improvisada num dos galpões da Ocupação. As crianças estão em casa de parentes. A direção do Movimento decidiu abrigá-los depois de ver a família numa barraca na rua. Essa Ocupação que abriga 2 mil famílias não tem onde colocar as famílias que diariamente procuram a direção do Movimento pedindo um "espaço". Cada pedaço do terreno de 50 mil metros quadrados está ocupado por casas.

Campanha Despejo Zero

Os Movimentos de luta por Moradia criaram uma campanha nacional chamada Despejo Zero. Essa articulação conseguiu aprovar em julho projeto de suspensão dos despejos até 31 de dezembro de 2021 no Congresso Nacional (Câmara e Senado). Contudo no dia 4 de agosto Bolsonaro

vetou a íntegra do projeto. Uma das alegações do governo genocida é que a medida daria "um salvo conduto para os ocupantes irregulares de imóveis públicos, frequentemente, com caráter de má fé, que já se arrastam em discussões judiciais por anos".

A luta deve continuar pelo próximo período, inclusive no âmbito dos estados. Em São Paulo o "democrata" governador Dória (PSDB) também vetou projeto semelhante que havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa. No dia 10 de agosto ocorreram manifestações pelo direito a moradia e contra os despejos durante a pandemia. A unidade dos distintos movimentos e ações de massa nas ruas é o caminho para colocar os governos contra a parede além da importante participação dessas organizações na luta para despejar Bolsonaro (este sim precisa ser despejado!) do Palácio do Planalto!

Henrique Ollitta

Instituições em crise aberta!

Tanqueata mostra o que está em jogo

Foi uma semana de fúria na Câmara votando PECs, enquanto o STF expedia inquéritos para graúdos e ordens de prisão de miúdos (Roberto Jefferson), além da exposição dos negócios mafiosos de coronéis na CPI da Pandemia. Os trabalhadores tomaram uma MP de redução de jornada e salários mas sem resistência organizada, a ponto de as centrais em nota se limitarem a pedir ao “Senado que a MP nº 1.045 restrinja-se ao seu objeto inicial” (as tais reduções).

Mas a cena deste agosto, mês do cachorro louco, será a micareta dos blindados frente aos comandantes das três armas perfilados ao comandante-em-chefe, o bufão Bolsonaro, para o convite a um “exercício anual”. A parada extemporânea expressou o intento do aspirante a bonaparte impor-se às instituições em frangalhos.

Naquele 10 de agosto, em choque com o TSE, se votava o projeto de “voto impresso” que voltaria às seculares fraudes dos caciques locais. Seguiu-se a votação da troca do sistema eleitoral proporcional pelo “distritão” majoritário, o preferido dos grandes caciques. Sobre um parlamento assim recomposto, Bolsonaro e família pretendiam reinar com os generais, sustentados no



Brasília, 10 de agosto, o desfile dos tanques convocado por Bolsonaro

patronato – é o plano.

O bufão perdeu ambas as votações. Ao preço de R\$ 1,03 bilhão liberado na véspera para emendas individuais dos deputados comprados nos partidos do “centro” (o PSDB, o MDB, até o PSB). Houve desgaste da imagem das Forças Armadas no país e da sua classe dominante no mundo; em Washington, um diretor do State Department de Biden, até avalizou as atuais regras eleitorais.

A crise segue – “poder moderador”?

Os reacionários se acomodaram à aprovação da “volta da coligação proporcional”, regra que caroneia eleitos com poucos votos em nos pequenos partidos do mercado, graças a

coalizões por cima com os partidos maiores, e anulou a cláusula de barreira que retiraria o fundo eleitoral de metade deles. As bancadas do PT e do PSOL negociaram a “coligação” no acordo de líderes que derrotou o “distritão”; a bancada do PCdoB votou o “distritão” antes na Comissão em nome da própria preservação.

Os eleitores ainda não entenderam o que se votou, mas talvez nem valha a pena, pois o Senado, diz a mídia, vai rejeitar a “coligação proporcional” (que vantagem maria leva, senador é majoritário, não é verdade?). O saldo das manobras às costas do povo engrossa o caldo de Bolsonaro. Ele chama os comandantes (Valor, 13/08) ao “poder moderador das

Forças Armadas, quer sejam ameaças internas ou externas”, ou seja, a tutela militar do artigo 142 da Constituição.

Seguindo no plano, ele chamou reservistas militares a manifestar um dia e os bolsonaristas ao desfile militar do 7 de setembro, ameaçando trapacear as eleições, enquanto adota duras medidas contra o povo nas regras atuais mesmo.

A gravidade da crise é que Bolsonaro segue na aventura (e pelo voto impresso), mas não se vê uma maioria de 2/3 na Câmara para votar o impeachment, e não se deve menosprezar tanques fumacentos. A burguesia constrangida e dividida, lucra com a retirada de direitos e as privatizações, e dá voltas na lâmpada da candidatura de 3ª via para 2022. A marca é a tibieza da oposição institucional.

Mas cedo ou tarde uma Constituinte Soberana dará conta de refundar as instituições da República com justiça social e soberania nacional, com um novo governo e Lula Livre. Quanto antes os partidos populares, centrais e movimentos decidirem engajar toda a força para dar fim ao governo com jornadas de luta e paralisações, mais rápido se livrará o país da ameaça.

J.A.L.

Desfile militar na CPI

Oficiais de várias patentes são investigados por participação em negociatas no Ministério da Saúde

Ao depor na CPI da Covid, no dia 10, o tenente-coronel da reserva Helcio Bruno de Almeida negou-se a responder perguntas que pudessem incriminá-lo. Valeu-se de um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal, cujo fechamento ele defendera no site do “instituto” que dirige.

Além de difundir fake news e atacar o uso de máscaras e a aplicação de vacinas, ele é suspeito de participar dos esquemas para lucrar com a compra de vacinas pelo governo. Ou seja, negociacionista, sim, mas não rasga dinheiro.

Helcio teria feito a aproximação entre o policial Luiz Paulo Dominghetti, ligado à empresa Davati Medical Supply, e outros militares do Ministério da Saúde, como o coronel Elcio Franco, ligado ao ex-ministro (e general) Eduardo Pazuello. Dominghetti relatara à CPI a oferta do pedido de propina de 1 dólar por vacina oferecida pela empresa.

O tenente-coronel foi para a reserva

aos 42 anos, em 2000, e recebe aposentadoria de R\$ 23 mil. Privilégio de militar, enquanto o governo de seu chefe promoveu uma contrarreforma da Previdência que fixou a idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores homens em 65 anos.

“Lado podre”

São vários os milicos implicados nas negociatas. Roberto Dias, ex-sargento da Aeronáutica e ex-diretor de logística do Ministério da Saúde, foi o acusado de cobrar a propina de 1 dólar por vacina. O presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), afirmou durante o seu depoimento que ele integra o “lado podre das Forças Armadas envolvidos com falcatura dentro do governo”. Vestindo a carapuça, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, divulgou nota de protesto contra o “ataque leviano”.

Outro tenente-coronel da reserva do Exército, Marcelo Blanco, teria levado Dominghetti ao jantar com

seu ex-chefe no Ministério, Dias, no qual trataram do esquema para faturar com a venda de vacinas.

Quem ocupa o mais alto posto militar entre os investigados pela CPI é Pazuello, general da ativa do Exército. Como ministro da Saúde, caracterizou-se pela falta de ações para conter a Covid-19 e pela tentativa de esconder as informações sobre o número de mortos. É um dos responsáveis diretos pelo genocídio praticado pelo governo.

Parasitas do Estado, as altas patentes das Forças Armadas podem ter

tido um presente a mais. Reportagem da revista “Fórum”, com base em dados do Portal da Transparência, indica que vários generais e até oficiais de patente mais baixa teriam sido promovidos a marechais, o que é ilegal. Esse posto só pode ser obtido por generais de quatro estrelas que se destaquem em situações de guerra. O Exército negou as promoções, mas a nomenclatura “marechal” pode servir para garantir pensões superiores a R\$ 100 mil mensais para as filhas solteiras dos promovidos.

Cláudio Soares

PARASITAS E ESPIÕES

O senador Rogério Carvalho (PT-SE), membro da CPI propôs um requerimento solicitando registros telemáticos do então ministro da Casa Civil, general Braga Netto. Dias depois, em 3 de agosto, o senador denunciou que dois oficiais do Exército, um da ativa e outro da reserva, procuraram amigos dele para “bisbilhotar a minha vida e saber o que poderia ter para usar contra mim”. Na ocasião Rogério Carvalho responsabilizou o general, hoje Ministro da Defesa: “Eu quero dizer ao senhor Braga Netto, que foi o emissário do oficial do Exército para fazer espionagem contra um parlamentar, um senador da República, que eu não tenho medo, que eu não abrirei mão das minhas convicções, que eu entrego a minha vida pela causa que eu defendo, que ninguém vai me intimidar.”

81 anos depois do assassinato de Trotsky

A 4ª Internacional prossegue seu combate

Winston Churchill, primeiro-ministro conservador da Inglaterra, escreveu mais de uma vez sobre Leon Trotsky e desejou que ele e suas ideias morressem e fossem esquecidos pela História. Mas ele foi obrigado a reconhecer que talvez apenas Trotsky e Lênin sobrevivessem na História como os mais conhecidos personagens e líderes da revolução russa de outubro de 1917. O ódio brutal do principal líder da burguesia inglesa ao líder bolchevique se direcionava na verdade contra a revolução russa, contra a classe operária que ousara assumir o poder, contra a revolução socialista mundial que assombrava os capitalistas. Esse mesmo Churchill como a maior parte das burguesias do mundo elogiaram Hitler e os nazistas nos anos 1930 pela capacidade que tiveram de reprimir e esmagar a mais poderosa classe operária de então, a alemã.

Stálin foi além do ódio e ordenou a execução de Trotsky. Todo o enorme aparato político da Internacional Comunista, seus partidos, jornais e lideranças, mas também a polícia stalinista dentro e fora da URSS (a NKVD, a GPU) perseguiriam de maneira implacável Trotsky e todos aqueles que ousassem discordar da tirania stalinista que se impunha. Na Alemanha, Stálin também ajudou a abrir caminho para Hitler dividindo a classe operária alemã em 1933, impedindo sua unidade para derrotar o nazismo. O ódio da burocracia stalinista contra o revolucionário russo - antigo presidente do soviete de Petrogrado em 1917 e criador do Exército Vermelho - tinha como alvo a democracia socialista e a possibilidade da revolução mundial. Aferrados a crescentes privilégios e a uma ditadura cada vez mais brutal contra a classe operária e o povo soviético, a burocracia stalinista temia a revolução tanto quanto os capitalistas.

Para o grande acordo em defesa da convivência e estabilidade com os capitalistas Stálin ofereceria o assassinato de Trotsky em 1940, mas antes buscou em plena década de 1930 - quando o mundo capitalista mergulhava em profunda crise - novos acordos com as burguesias dos principais estados capitalistas. Tratava-se das políticas de colaboração de classes ou Frentes Populares como ficaram conhecidas e que de fato colocavam as organizações operárias em frentes controladas por partidos das burguesias. Essa política teve o efeito desastroso, por exemplo, de bloquear a revolução espanhola (1936-1939) ou criar uma frente com a burguesia francesa no momento de ascensão da luta de classes na França. A 3ª



Trotsky em seu exílio no México onde foi assassinado a mando de Stálin

Internacional, depois de capitular e não combater o nazismo, submeteu-se completamente ao controle dos chefes nomeados de cima para baixo por Stálin e tornou-se um apêndice das manobras diplomáticas da política externa da URSS.

Oposição de esquerda e a 4ª Internacional

Após a ascensão de Hitler na Alemanha em janeiro de 1933, a Oposição Internacional de Esquerda passou a defender a proposta de se construir uma 4ª Internacional a partir de uma orientação de frente única, chamando a mais ampla unidade das organizações operárias para lutar contra o fascismo. As organizações dirigidas pelo stalinismo defendem nesse momento as frentes amplas com as burguesias, que na prática, em nome da "unidade" ou da "democracia", obrigavam e pressionavam sindicatos por exemplo a abrirem mão de salários, direitos e greves. No Brasil essa política se traduziu na criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora) impulsionada pelo Partido Comunista (PCB) e que, ao contrário do que dizia seu nome, buscava aprisionar a classe operária brasileira aos objetivos da burguesia.

Em 1936 Trotsky está empenhado também em impulsionar o "Movimento pela 4ª Internacional", após a completa falência e burocratização da 3ª Internacional comunista que não esboçara nenhuma reação à derrota do movimento operário alemão ao nazismo. Depois de ser expulso da França e na Noruega ser ameaçado de deportação para a URSS (onde seria fuzilado por Stálin), o governo de Lázaro Cárdenas no México ofereceu asilo ao velho

revolucionário russo. A herança da revolução mexicana (1910-1917) de Pancho Villa e Emiliano Zapata se fizera presente nesse gesto.

"A crise da humanidade se resume à crise da direção revolucionária"

Nos meses que antecederam sua morte, Trotsky buscava fortalecer a recém fundada 4ª Internacional que se formara em 1938 e dava seus primeiros passos. Como afirma seu texto fundador - o Programa de Transição - "a crise da humanidade se resume à crise da direção revolucionária". As condições objetivas para a revolução socialista estavam dadas e era necessário construir uma nova direção revolucionária. Sem o socialismo a humanidade estaria ameaçada de ser arrastada a barbárie pela permanência do capitalismo. A barbárie estava mesmo próxima. A Segunda Guerra mundial (1939-1945) que mataria dezenas de milhões de seres humanos nos anos seguintes apenas começava. Trotsky assinalou em suas últimas notas escritas pouco antes do seu assassinato: "A Segunda Guerra Mundial coloca a questão da mudança de regime de maneira mais imperiosa e urgente que a Primeira. É sobretudo uma questão de regime político. Os operários sabem que a democracia em toda a parte naufragou e que o fascismo os ameaça mesmo ali onde é inexistente. A burguesia dos países democráticos vai naturalmente utilizar este medo do fascismo por parte dos operários, mas, por outro lado, a falência das democracias, seu desmoronamento, sua dolorosa transformação em ditaduras reacionárias, obrigam os operários a se colocar a questão do poder e os torna

responsáveis por colocá-la. (...).

Churchill e Stálin temiam os abalos da conjuntura internacional à estabilidade política. Temiam que se repetisse o que ocorrera ao final da Primeira Guerra (1914-1918), a explosão das massas populares e as revoluções. Era essa a aposta de Trotsky e da 4ª Internacional. O stalinismo se tornara linha auxiliar da estabilidade internacional, apesar de todas as aparências em contrário. E o final da guerra em 1945 de fato levou milhões às ruas numa onda revolucionária anticapitalista que varreu todo o planeta. Nem Getúlio Vargas no Brasil escapou. Depois a destruição final da Internacional Comunista em 1943 e ainda os acordos Yalta e Postdam ao final da Segunda Guerra. A vitória contra o fascismo de Hitler e Mussolini só foi possível porque houve a revolução de outubro de 1917, que pode transformar a Rússia rural e atrasada em uma potência industrial através da planificação econômica socialista, com a eliminação da propriedade privada dos meios de produção. O objetivo do aparelho stalinista eliminando Trotsky era o de liquidar com o fio de continuidade da Revolução de Outubro de 1917, a sua herança e exemplo. O assassinato de Trotsky ocorreu entre os dias 20 quando sofreu um atentado em sua casa e 21 de agosto quando morre em um hospital da cidade do México.

81 anos depois, a 4ª Internacional prossegue seu combate para ajudar a classe a se colocar a questão do poder e pôr fim ao sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção.

Everaldo Andrade

Chile entre dois poderes

Convenção Constitucional se instala e eleições se realizarão sobre as regras de Pinochet

Em 4 de julho instalou-se a Convenção Constitucional, nome dado ao processo constituinte aberto pela revolta, o “estallido” de 18 de outubro de 2019. Paralelamente ocorre o processo eleitoral para presidente, senadores e deputados, previsto para novembro.

A disjuntiva é que a Convenção é parte do poder constituinte que o povo, em sua maioria, exigiu nas mobilizações que colocaram em xeque o regime político e econômico do país e cujo objetivo é uma nova Constituição. Já o processo eleitoral responde ao poder constituído pela espúria Constituição de Pinochet, repudiada pela maioria do povo.

Esta é a contradição que está em jogo hoje. Os velhos que se recusam a morrer e que significou para o país 48 anos de profunda desigualdade social com um regime político que privilegiou os interesses das oligarquias, colocando o Chile com as maiores taxas de concentração de propriedade e riqueza, cujas consequências resultam num país como um dos mais desiguais na região e são a causa primeira do “estallido” de 2019.

O novo, o que está nascendo, é representado pelos delegados da Convenção que, em uma porcentagem relevante, são provenientes de organizações de base, ligadas aos movimentos sociais, povos originários, ambientalistas, etc. E que em uma porcentagem também importante surgem por fora dos partidos

políticos tradicionais.

Uma característica do processo chileno aberto com a revolta de outubro, e que se inscreve em um cenário similar ao que ocorre em muitos países, é que esta careceu de uma direção política tradicional. Os movimentos sociais, com suas debilidades próprias, em um país onde jurídica e politicamente se tentou dizimá-los, se alçou às mãos dos milhares que espontânea e inorganicamente saíram às ruas para demandar justiça.

Esta força social incontável tem vantagens na luta contra as instituições do Estado, pois não tem mediações, nem intermediários, a luta é direta. Ao não estar os partidos políticos que por sua natureza sempre jogam o papel norteador e, ao mesmo tempo, conciliador das lutas sociais; na ausência da Igreja Católica, instituição característica da mediação, a luta tornou-se muito mais genuína, mais intensa e, às vezes, mais radical. Porém, o que é uma fortaleza, ao mesmo tempo se converte em uma debilidade, pois carece de uma direção que ordene e hierarquize as legítimas demandas e que conduza para um objetivo preciso e concreto esta tremenda força social dos milhões de mobilizados.

Manter alto as demandas fundamentais

A falta de direção é a grande debilidade que têm que superar as organizações sociais no novo cenário do Chile. Mais ainda se a disputa entre



Instalação da Convenção Constitucional

o poder constituído e o poder constituinte vai crescendo em conflitos, pois se expressam em seu seio diversos interesses de classes que representam os diferentes constituintes.

Ao mesmo tempo, se observamos que os problemas fundamentais que se expressam na sociedade correspondem aos conflitos históricos entre capital e trabalho, preocupa que no processo constituinte não haja representantes genuínos do mundo do trabalho. Pois, sendo absolutamente legítimas as demandas dos povos originários, do movimento feminista, do movimiento ambientalista, a luta no capitalismo continua sendo a luta entre o capital e o trabalho.

O desafio do mundo do trabalho,

sindicatos, sindicalistas, é manter alto as demandas fundamentais pelas quais os trabalhadores e trabalhadoras há anos lutam, para que este processo constituinte faça as mudanças necessárias para acabar com as profundas assimetrias que a classe trabalhadora enfrenta nestes 48 anos na luta por seus direitos e interesses.

Chile enfrenta uma grande disjuntiva: ou faz as mudanças necessárias que outorgam igualdade e justiça social às e aos trabalhadores, ou cede à pressão dos grandes empresários, aparentando mudar alguma coisa, mas para que o principal siga absolutamente igual.

Luis Mesina, de Santiago

França: “O passe sanitário é o passe autoritário”

Discurso de Jean-Luc Mélenchon na Assembleia Nacional

Em 25 de julho o deputado Jean-Luc Mélenchon, do movimento “França Insubmissa” (LFI), pronunciou-se desde a tribuna do parlamento, durante a votação do passe sanitário. Abaixo trechos do discurso (inter-título da redação):

“O imperador Calígula, dizem, impôs o seu cavalo como cônsul de Roma. Ele testou a resistência do Senado. Emmanuel Macron aplica o passe sanitário. Ele está testando o apego dos franceses às suas liberdades.

O passe sanitário não terá nenhum efeito sobre a saúde dos franceses. (...) Assim, de uma crise sanitária se cria uma crise política. Com o passe sanitário, para a França, começa a era da liberdade condicional. Ah, tudo continua livre, desde que o regime de Macron, seus estados de emergência e passes de todo tipo deem a permissão.

Assim, de uma crise sanitária se cria uma crise política. Com o passe sanitário, para a França, começa a era da liberdade condicional. Ah, tudo continua livre, desde que o regime de Macron, seus estados de emergência e passes de todo tipo deem a permissão.

Liberdade condicional, como para os condenados bem comportados, esta é a sociedade de controle permanente. O passe sanitário será verificado cem vezes por dia por todo tipo de pessoa sem mandato, e até mesmo por quem não quer fazê-lo. É o caso dos 200 mil donos de restaurantes e lanchonetes responsáveis por controlar seus clientes. Você os ameaça com uma multa de nove mil euros e com o fechamento do estabelecimento.

Regime opressor de ameaças sociais

Um trabalhador chega ao trabalho sem passe? Seu salário é suspenso. Se ele tiver um contrato de trabalho temporário ou terceirizado, a demissão imediata é possível!

Observo que, com uma ostentação de classe assumida, não se impõe o passe sanitário para a entrada nos conselhos

de administração ou nas assembleias de acionistas. Um enfermeiro não vacinado? Suspenso! Ele vai ter que aprender a viver sem salário. É um regime opressor onde ameaças sociais substituem todo diálogo (...)

O vírus está presente em restaurantes, mas não em escolas. Enfermeiros, bombeiros, garçons, cinéfilos, espectadores são vetores de contágio, mas não os policiais. Você obriga ao isolamento as pessoas infectadas, mesmo em suas habitações superlotadas, sem requisitar os milhares de quartos de hotel disponíveis. (...) O passe sanitário é o passe autoritário (...)

No entanto, a liberdade é nosso direito inicial e você não tem nenhum direito contra ela. Claro, toda liberdade tem limites. Mas só se pode determiná-los com escrúpulos e mãos trêmulas. Para os amigos da liberdade, é melhor errar

esquecendo de proibir, do que proibir demais.

Não! Não somos um povo de doentes ou criminosos em potencial, mas um povo de cidadãos.

E, enquanto você impõe esses absurdos, você não planeja nada para organizar os rodízios dos horários de trabalho, nada para instalar os purificadores de ar em todos os lugares, nada para fortalecer os hospitais públicos e trazer de volta as 180 mil pessoas que deixaram seu serviço! Nada para o retorno de doze milhões de alunos e seus professores (...)

Neste caso, mais uma vez, será uma honra desobedecer e ser Insubmisso. Aqui, temos apenas um dever: dizer sim ou não, se este texto (o projeto de lei) nos permite enfrentar corretamente a pandemia, nós acreditamos que ele só diminui as nossas liberdades, portanto deve ser rejeitado.”

Peru: direita não desiste de golpe

Nas lutas trabalhadores recolhem adesões ao referendo pela Constituinte

Desde a posse de Pedro Castillo em 28 de julho (ver OT 887) não houve dia sem provocações e ameaças contra o seu mandato vindas da coligação fujimorista. A própria Keiko declarou “somos um muro de contenção frente à ameaça latente de uma nova Constituição comunista e de mudanças estruturais”. Um deputado da direita, Rospiglioni, disse “só nos resta acabar com esse governo, antes que ele acabe com o Peru”.

O partido de Castillo, Peru Livre (PL), com 37 dos 130 deputados eleitos, foi marginalizado nas comissões parlamentares, enquanto um procurador acusa o líder do PL, Vladimir Cerrón, e o primeiro ministro Guido Bellido, de desvio de dinheiro na campanha eleitoral.

Toda essa raiva é porque Castillo insiste na convocação de uma Constituinte e os grupos de poder e empresários não abrem mão da Constituição de 1993 que lhes permitiu saquear o país com as privatizações, o pagamento da dívida externa e a dominação política contra a maioria oprimida.

A saída virá da luta

No último dia 10 de agosto, em Chiclayo, maior cidade da região de



10 de agosto, manifestação em Chiclayo contra empresa privada de água

Lambayeque (norte do país), houve uma grande mobilização unitária contra a empresa privada Epsel de água potável. Puxada pelo Sutselam (sindicato de seus trabalhadores), que promoveu uma paralisação na data, ela foi engrossada por outros sindicatos e organizações como a CGTP local e a Assembleia Popular regional.

A passeata que tomou as ruas centrais da cidade levantou palavras de ordem como “Fora Epsel e água de qualidade para todos”, “Fora privatizadores das empresas açucareiras”, “Não à demissão de dirigentes sindicais”, terminando diante da sede da empresa. O ato final decidiu impulsionar assembleias populares em outras cidades da região e enviar à

Lima uma delegação com as reivindicações para entregar à Castillo. Na ocasião, dirigentes sindicais e políticos chamaram a massificação da campanha para apoiar o referendo pela Constituinte.

Como disse, em 17 de julho, um dirigente da CGTP-Lambayeque na assem-

bleia nacional de delegados dessa central sindical: “Existe um plano golpista de Keiko e da direita contra Castillo. Nas ruas o povo colocou no centro a Assembleia Constituinte. Temos que impulsionar desde as bases as assembleias populares e as assembleias macro-regionais da CGTP. Há que se tomar cuidado com frentes como a de Democracia e Governabilidade que não nascem da resistência das massas e não levantam a Assembleia Constituinte”.

Tal fala foi uma resposta ao informe de Gerónimo López, secretário geral da CGTP que, apesar de apoiar a coleta de firmas pela Constituinte, propôs às bases ajudar a formar a Frente pela Democracia e Governabilidade, constituída por



todos que apoiaram Castillo no 2º turno e hoje agem para “moderar” o seu discurso. O 15º congresso da CGTP foi convocado para o próximo mês de novembro.

Só a auto-organização dos trabalhadores e setores populares terá força para impor a convocação de uma Constituinte Soberana no Peru, diante de um Congresso de maioria contrária e do clima golpista alimentado pela direita.

Correspondente

Crise e mobilizações na Tunísia

Problemas que levaram à revolução de 2011 não foram resolvidos

Há mais de um ano, as greves e mobilizações se multiplicam na Tunísia.

A deterioração das condições de vida, o congelamento dos salários, a alta vertiginosa dos preços e a corrupção escancarada tornaram inevitável uma explosão social.

Em 25 de julho, manifestações eclodiram em todo o país, tendo como alvo principal o partido islâmico Ennahdha (Renascença) e pedindo a dissolução do parlamento servil ao capital financeiro, cuja eleição, em outubro de 2019, foi boicotada por quase 60% dos eleitores.

Na mesma noite, o presidente da República, Kaïs Saïed, destituiu o Primeiro-Ministro Hichem Mechichi, suspendeu por trinta dias as atividades do Parlamento e tomou as rédeas do Ministério Público.

Para adotar tais medidas ele recorreu ao artigo 80 da Constituição que as autoriza em caso de perigo grave que ameace a soberania do país.

Defesa da soberania

No dia seguinte, 26 de julho, Saïed demitiu o ministro da Defesa e a porta-voz do governo que acumulava os cargos de ministra da Justiça e da Administração.

Espera-se que, agora, seja investigado o assassinato dos dirigentes políticos Chokri Belaïd e Mohamed Brahmi, ocorrido em 2013, por denunciarem o recrutamento de milhares de jovens para o grupo terrorista Estado Islâmico na Síria.

O presidente do Parlamento e do partido islâmico Ennahdha, Rached Ghannouchi, foi proibido de sair do país e denunciou “uma operação inconstitucional”.

A União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT) considerou que as decisões do presidente estão “em conformidade com a Constituição”, apelando à continuação do processo democrático.

As grandes potências europeias e os EUA, além da Turquia, pedem o “retorno à ordem constitucional o

mais rápido possível”.

Tanto nas manifestações de rua quanto nos congressos da UGTT, o povo tunisiano expressou firmemente seu apego à defesa de sua soberania.

Os problemas profundamente enraizados do desemprego e da degradação da infraestrutura pública, que deflagraram o levante de 2011, nunca foram resolvidos. Dez anos depois, as mesmas causas provocam os mesmos efeitos.

A continuação do processo da revolução de 2011

A revolução que estourou em janeiro de 2011 derrubou o ditador, general Ben Ali, que havia reinado supremo durante vinte e três anos, apoiado pelas grandes potências.

Comitês revolucionários foram constituídos em todo o país. Uma manifestação de mais de quinhentos mil cidadãos diante do parlamento arrancou o chamado à eleição de uma Assembleia Constituinte

e Soberana.

Rapidamente, o aparelho da contrarrevolução começa a agir. Em vez da proposta de Constituinte dos Comitês Revolucionários, portadores da vontade das massas populares e de suas reivindicações, a União Europeia e os EUA sustentaram o processo manipulado da Alta Instância para a Proteção da Revolução, em nome de uma “transição democrática”.

E por não ser a Assembleia Constituinte e Soberana reivindicada pelo povo, ela foi boicotada por cerca de 50% do eleitorado e 37% dos que votaram, o fizeram por listas que não estiveram representadas nessa assembleia.

As reivindicações colocadas pela revolução continuam: o desemprego aumenta cada vez mais, do mesmo modo que a degradação da educação e da saúde públicas... E o terrorismo se tornou uma ameaça permanente que arrisca mergulhar o país numa guerra civil.

Correspondente